

## 4

### **Novos Rumos e Onda Livre: a Baixada em sintonia**

Neste capítulo, trataremos da experiência das rádios Novos Rumos, em Queimados, e Onda Livre, em São João de Meriti.

A base para realização desse capítulo foi o trabalho de campo que desenvolvi nas rádios, através de entrevistas e documentos. Os entrevistados eram não só as pessoas que atuavam nas rádios, mas também os que tinham passado por elas em algum momento. Busquei os fundadores das rádios, aqueles que tinham ocupado cargos administrativos e também conversei com os locutores. As perguntas tratavam sobre as trajetórias individuais, as motivações para a rádio, as leituras sobre as condições do lugar, os temas abordados na programação, a relação com a vida associativa e política e com o movimento de rádio comunitária.

Preferimos não divulgar os nomes dos entrevistados, optando por identificá-los por suas funções, pois nos pareceu mais prudente. Nenhuma das duas rádios tem ainda outorga para realizar a o serviço de radiodifusão comunitária, o que as coloca em uma situação de ilegalidade.

#### 4.1.

#### **A Rádio Novos Rumos e a cidade de Queimados**

A luta pela emancipação da cidade é um aspecto fundamental para compreender a rádio Novos Rumos. Foi no esforço por criar a cidade, ou seja, fixar uma identidade queimadense que a rádio foi criada.

As terras que hoje compõem o município de Queimados são parte de três grandes fazendas surgidas da sesmaria de Garcia Ayres: Fazenda Marapicu, Engenho do Ipiranga e Engenho do Cabuçu. Essas fazendas se dedicaram ao cultivo da cana-de-açúcar e às lavouras de subsistência. Foi na Fazenda Marapicu que surgiu o primeiro núcleo de povoamento da região e, quando da criação do Município de Iguaçú, Marapicu passou a ser sua freguesia (REVISTA QUEIMADOS, 1995).

Com a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1858, a estação, que depois se chamará Queimados, foi instalada distante do núcleo de Marapicu. Nas imediações da estação é que se construirá o núcleo central da freguesia, pois na virada do século XIX para o XX inicia-se o ciclo da laranja em Iguaçú e várias estradas para escoamento da produção serão construídas próximo da estação de Queimados.

Em 1911, Queimados passará a sede do município, mas perderá o título posteriormente para Marapicu. A razão para isso é que Queimados apresentava pouco dinamismo, pois não passava de um entreposto comércio de laranja.

Com a construção da Estrada Rio São Paulo, em 1928, há um surto de urbanização nas áreas próximas da estação, com isso Queimados volta a ser sede do município em 1944, e permanecerá como tal até sua emancipação.

Já nos anos 50 começam as primeiras discussões acerca da emancipação de Queimados. A municipalização de Caxias em 1943 e de Nilópolis em 1947 motivaram os queimadenses.

Em 1958, surge a Sociedade Pró-Melhoramentos de Queimados, cujo objetivo era lutar pela emancipação. Com o golpe de 64, o movimento se retrai e apenas nos anos 80 Queimados viverá novamente a mobilização pela emancipação.

Em 1982, a abertura política estava sendo articulada e realizaram-se eleições diretas para governador e prefeito. A posse do novo prefeito de Nova Iguaçú não representou mudanças em investimento de infra-estrutura. Alguns relatos (REVISTA QUEIMADOS, 1995) mencionam a ocorrência de fortes chuvas que inundaram

Queimados, revelando o descaso da administração municipal e reanimando a luta emancipacionista.

Nessa época, um outro acontecimento tem extrema relevância: a criação do Distrito Industrial de Nova Iguaçu na Rodovia Presidente Dutra na altura de Queimados. Os queimadenses reclamaram não terem recebido os benefícios da criação do Distrito Industrial em sua área, que eram usados em proveito de Nova Iguaçu.

Essa movimentação culminou, em julho de 1988, no primeiro plebiscito pela municipalização de Queimados, que incluiria Cabuçu, Japeri, Marapicu, Engenheiro Pedreira e Km 32. O pleito fracassou devido ao baixo quorum. Verificou-se que a população dessas outras localidades não estava disposta a trocar a submissão à Nova Iguaçu pela mesma situação em relação a Queimados. Simões (2007) acredita que o motivo da falta de identificação com o município que seria criado pode ser explicada pela rede viária da região. As estradas que ligavam essas localidades a Queimados não eram pavimentadas e não existiam linhas de ônibus entre elas ou as que as ligavam eram extremamente deficientes. A falta de ligações econômicas determinou a falta de identidade territorial e política.

Um dos atuantes do grupo emancipacionista, ex-operário, ex-presidente da Novos Rumos e atual assessor da Secretaria de Agricultura de Queimados, conta:

“Nós começamos a nos organizar a partir de 1984, uma organização apartidária. Quando chegou em 1988, tivemos o primeiro plebiscito, a primeira consulta popular. Nessa consulta nós queríamos um município grande. Nós queríamos Japeri, Engenheiro Pedreira, Cabuçu e Queimados. Nós não fomos capaz (sic), a nossa idéia não foi capaz de atingir toda a comunidade. Toda essa comunidade traria cerca de 125 mil eleitores. Nós não conseguimos quorum, perdemos o plebiscito. Foi uma tristeza muito grande. Mas tinha um pequeno grupo, daquele que não abre mão das suas idéias, que se reuniu em 10 julho de 1988 novamente, 6 companheiros e uma dama.” (entrevista concedida em 23 de maio de 2007)

Nesse segundo momento, foi criada a Associação dos Amigos para o Progresso de Queimados (AAPQ). A idéia agora era desmembrar Queimados das outras localidades, estudar com cuidado o passo a passo do processo de municipalização e procurar o deputado estadual Paulo Duque para assessorar o projeto.

A Constituição de 1988 deu aos municípios maior autonomia e obrigações de prestações de serviços sociais. O âmbito municipal assume assim grande importância ensejando uma crescente percepção da vida local como o espaço privilegiado para as transformações sociais.

O aspecto negativo desse processo foi a criação de municípios sem capacidade para sustentar o novo aparato administrativo, tornando-os carentes de repasses dos governos federal e estadual.

Ainda assim, no caso da Baixada Fluminense, havia a necessidade da separação de Nova Iguaçu, o município mãe, para suprir suas carências, uma vez que, dessa forma, os recursos dos distritos iam ser investidos localmente, como indica a fala de uma moradora de Queimados e ex-locutora da rádio:

“Apesar de mal utilizado, os impostos, Queimados era um município que contribuía muito com Nova Iguaçu. A gente tem como aglutinar aqui no município tudo que é pago aqui dentro. É o suficiente para que o município caminhe com suas próprias pernas. Ligado a outro município, o destino do que era pago aqui, nem sempre vinha para cá. Embora mal administrado, mal distribuído, a cidade ganhou muito com a emancipação.” (entrevista concedida – 23 de maio de 2007).

Monteiro (2001) nota na fala de moradores de Japeri, Belford Roxo e Queimados, cidades da Baixada que se emanciparam nas últimas décadas, um entendimento popular de que a municipalização possibilitaria o controle do poder por alguns líderes regionais, mais próximos dos problemas populares.

Simões (2007) revela que o movimento emancipacionista em Queimados era liderado por portadores de mandato na Câmara ou de cargo no Executivo de Nova Iguaçu e por moradores do centro de Queimados, que seriam os primeiros beneficiados com a municipalização. No entanto, o grupo soube mobilizar a população e elaborar um discurso comum para criar uma identidade de base territorial, aglutinando o empresariado, associação de moradores e religiosos.

Por exemplo, a AAPQ rapidamente percebeu a importância de fazer campanha junto às igrejas evangélicas, grupo considerado com força significativa em Queimados, mas que estava muito alheio às discussões sobre a emancipação.

“A gente (da AAPQ) tem que conseguir as igrejas, sem as igrejas não vai dar. Fizemos uma reunião com pastores. Essas coisas que acontecem raramente, três comunistas numa mesa, falando para 43 pastores. Com um poder de persuasão divino, pode crer! Por quê? Porque no final dos 43 tínhamos conquistado 38, 38 assinaram se comprometendo a levar as igrejas para votar a favor do plebiscito. Foi um negócio muito bonito.” (entrevista concedida em 23 de maio de 2007)

Em novembro de 1990 ocorre o plebiscito que aprovou a emancipação e o Distrito Industrial passou a pertencer a Queimados. Nova Iguaçu perdeu, assim, uma fonte de recursos.

Simões (2007) acredita que os processos de emancipação dos municípios da Baixada revelaram, mais do que uma simples redivisão dos limites territoriais, produziu uma nova teia de relações econômicas, políticas e identitárias. Analisando o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios, verificou que os de maior taxa são Nova Iguaçu e os de emancipação mais antiga como Caxias, Nilópolis e São João. Mas Mesquita, Japeri e Queimados, últimos municípios a se emanciparem, apresentam as mais altas variações no período de 1991 a 2000. O que indica que os municípios emancipados recentemente conseguiram avançar significativamente.

Embora consideremos que havia, no caso de Queimados, uma disputa com Nova Iguaçu em torno do Distrito Industrial e seus recursos; que os benefícios da emancipação iriam se distribuir de forma desigual pela população; que o movimento emancipacionista perdeu a unidade quando das primeiras eleições municipais, nada disso permite diminuir a importância da emancipação de Queimados em fixar uma identidade territorial, em estabelecer uma distinção entre ser “queimadense” e ser “iguaçuano”, em possibilitar a autonomia desse lugar. Depois disso, as contradições internas do novo município dominaram o jogo político local o que não denigre o feito emancipacionista.

Os desafios de Queimados após a emancipação passaram a ser grandes. O distrito industrial está muito pouco articulado à economia local. Ele não é uma fonte geradora de emprego na cidade, pois suas atividades exigem alta qualificação o que não corresponde à realidade da população queimadense (SIMÕES, 2007). A população de baixa escolaridade serve de mão-de-obra barata para outros municípios, o que possivelmente explica o grande movimento na estação de Queimados, a maior da Baixada. A recente instalação de uma universidade<sup>1</sup> na cidade pode contribuir para aumentar a qualificação da população local.

Queimados exigiu o direito de caminhar com suas próprias pernas, precisa decidir como fazê-lo para seu próprio benefício. Assim como a Baixada, vista de forma mais geral, a cidade foi ficando mais complexa. O desafio a enfrentar, segundo um dos líderes emancipacionistas, não é mais a preponderância iguaçuana e sim o de seguir promovendo com seus próprios meios o desenvolvimento local.

A maioria dos fundadores da rádio era ativista do movimento de emancipação e essa mobilização acabou por dar mais ensejo à criação de uma rádio comunitária. A

---

<sup>1</sup> A Universidade Estácio de Sá instalou recentemente um *campus* na cidade.

cidade precisava ser criada e antes de tudo era preciso que ela fosse debatida, discutida. E esse fator parece ter contribuído para o sucesso da rádio, como relata o presidente de honra da Novos Rumos:

“Havia um clima favorável em Queimados. A cidade estava passando por um processo de emancipação, havia grande mobilização na cidade. Se reunia as pessoas pra se debater. Os primeiros debates (na rádio) foram comemorando a vitória ‘Estamos emancipados e agora, para onde vamos? O que vamos fazer?’ O clima era favorável a uma comunicação coletiva dessa natureza. Por isso a rádio pegou. Ela chegou na hora certa. Quase toda diretoria inicial da rádio era ligada à emancipação.” (entrevista concedida em 29 de janeiro de 2007)

Se a emancipação teve uma motivação econômica, ou seja, a possibilidade de usufruir os dividendos que a cidade gerava, seu processo incluía o desenvolvimento de uma identidade territorial que desse sustentação ao novo município. Era preciso construir um elo e um sentimento de pertencimento entre a população e a nova cidade.

A rádio possibilitou a comunicação local, a expressão e o debate dos problemas. Foi a esfera em que a cidade pôde falar de si e os queimadenses puderam se reconhecer como tais.

Alguns programas fizeram a fama da Novos Rumos e servem como bons exemplos do esforço e da tarefa em ser a rádio da cidade. Um deles foram as transmissões dos campeonatos de futebol locais, como conta o primeiro locutor esportivo da rádio:

“No final de 1992 nós tivemos aqui, uma competição, bem que acontecia aqui, não sei se acontece mais, uma competição esportiva entre os times de um lado, vamos dizer assim, em direção à Central do Brasil, do lado esquerdo, cortado pela rede ferroviária, e do lado direito. E faziam dois jogos no final do ano para saber qual seria, assim dizendo, a seleção campeã. Aí eu olhei, eu me ousei (sic) e falei: eu vou fazer a transmissão desse jogo. Eu tinha ouvido um comentário de um jornalista da Rádio Globo, que ele começou na Rádio Nacional, ele queria fazer uma transmissão esportiva e ninguém sabia como fazer aquilo. E ele fez do orelhão.” (entrevista concedida em 18 de abril de 2007)

A transmissão dos jogos foi feita, não pelo orelhão, mas por uma linha específica alugada da companhia telefônica. Isso passou a ser uma rotina na rádio.

“Então o pessoal do Oriente jogava com o Sete de Setembro que jogava com a Vila Americana, que jogava com o Queimados que jogava com o São Roque e um time ficava doído pra ouvir o jogo do outro. O pessoal gostava dessa interatividade. Isso criou popularidade. A rádio começou a ter audiência, e a ter patrocínio. Teve uma ocasião que o Queimados Futebol Clube participou do campeonato estadual na 3ª divisão. E eu passei a acompanhar o clube, fazendo as transmissões. Eu fui pro Flabarra, pra Angra dos Reis,

fui a Petrópolis transmitir Cascatinha e Queimados. A gente rodou o Rio de Janeiro.” (entrevista concedida em 18 de abril de 2007)

As transmissões do Carnaval de Queimados também tiveram repercussão. Todo queimadense se orgulha em dizer que o Carnaval na Praça dos Eucaliptos, no centro da cidade, já foi muito famoso e considerado o melhor de toda a Baixada. E era de lá que a Novos Rumos fazia suas transmissões.

Uma ex-presidente da rádio relata:

“A gente tinha 5 equipes que se revezavam e tinha uma outra equipe que era o apoio e tudo isso aconteceu durante muitos anos. A gente fazia a transmissão da praça do Eucaliptos que eu ainda não sei se tem esse título, mas era considerado o melhor carnaval da Baixada. Tinha 30 mil pessoas naquela praça. Aí tem sempre um artista que vem, chama o público e sempre se montava um palanque do lado da polícia. Quando chegava às 6 h começava a ter a transmissão ao vivo, já teve tempo de ter só flashes, mas sempre com esse link com a praça pro queimadense estar sabendo o que estava acontecendo na cidade. A gente corria hospital, delegacia, falava do trânsito, os blocos que estavam saindo da cidade. Cada equipe tinha um comunicador, um produtor, um repórter, um operador de áudio. A gente tinha um colete verdão desses que chamam a atenção, todo mundo que passava na rua sabia que era repórter da Novos Rumos. E então entrevistava todo mundo, desde os cidadãos, ate às autoridades, os artistas.” (entrevista concedida em 10 de maio de 2007)

Da mesma forma, a rádio sempre cobriu as eleições municipais, entrevistando os candidatos, organizando debates em alguns programas. Através de algumas edições do Jornal Sintonia, editado pela Novos Rumos nos anos de 1997 e 1998, podemos recuperar a cobertura das eleições de 1998. O jornal relatou a série de debates entre os diferentes candidatos da cidade e trazia reportagens com muitos deles. Além disso, cobriu a contagem dos votos e divulgou em primeira mão o resultado das eleições.

Esses eventos comprovam como a Rádio Novos Rumos se preocupou em participar de todos os âmbitos da vida de Queimados e dar conta de eventos que ajudam a articular identidades como o Carnaval, o futebol e as eleições.

Podemos utilizar nesse caso a expressão “comunidade imaginada” de Benedict Anderson (1991). Ele a utiliza para entender a construção dos nacionalismos europeus. Ele define as nações como comunidades imaginadas porque os “membros, mesmo do menor país nunca conhecerão, encontrarão e verão os seus compatriotas. Porém, sobrevive nas mentes de cada um deles a imagem de sua comunidade” (ANDERSON, 1991:6). No caso europeu, a emergência de um mercado editorial possibilitou que de forma mais rápida, um número maior de pessoas pudesse se saber relacionadas a outras.

Mesmo considerando a enorme distância entre o nosso estudo e o de Anderson, ele nos ajuda a entender como se forja a idéia de uma comunidade e como os meios de comunicação são importantes para promover a ligação entre as pessoas de um mesmo grupo.

Nas ocasiões como os festejos de Carnaval, eleições e jogos de futebol, a noção de queimadense pôde ganhar algum nível de materialidade e a rádio permitiu que boa parte dos queimadenses pudessem participar e perceber a sua conexão com um grupo.

A rádio começou a funcionar no porão da casa de um dos fundadores a partir de dezembro de 1990 e com sua popularidade foi preciso buscar um outro espaço para ela. Desde então, ela está no centro de Queimados, embora tenha passado por três diferentes endereços. Já nos primeiros meses de funcionamento foram criados o Radioclube de Queimados, entidade mantenedora da rádio, e um estatuto, que estipula regras para associação e os deveres e obrigações dos associados<sup>2</sup>. Além disso, prevê a existência de diferentes departamentos para administração do radioclube e seus respectivos deveres. Um deles é a Assembléia Geral que congrega todos os associados e se reúne duas vezes por ano.

A cada dois anos ocorrem eleições para os cargos da diretoria, em que são elegíveis qualquer associado em dia com a contribuição mensal de 1% do salário mínimo.

Um capítulo relevante da história da Novos Rumos é o seu fechamento pela Polícia Federal em 1991. Esse fato foi importante para o movimento de rádio comunitária (ANDRIOTTI, 2004; NUNES, 1995). Depois desse episódio, a rádio Novos Rumos se tornou um dos símbolos da luta pela democratização da comunicação. Não à toa, alguns de seus fundadores ingressaram no movimento de rádio comunitária, pois viram no fechamento da rádio um estímulo e a comprovação da necessidade de abraçar a causa do movimento.

A rádio esteve fechada durante quatro anos por determinação da Justiça. Retornou em 1995, quando o processo contra a rádio prescreveu. Ela voltou a sofrer com a ação da Polícia Federal e da ANATEL algumas vezes desde a sua reabertura até hoje.

---

<sup>2</sup> Segundo o estatuto do Radioclube de Queimados, pode se associar qualquer cidadão brasileiro, residente ou não do município de Queimados. Os associados devem estar em dia com a contribuição financeira à rádio e tem direito a voz nas Assembléias e a votar e serem votados nas eleições para cargos da diretoria do radioclube.

Inclusive chegou a ser fechada novamente por alguns meses. O presidente de honra da rádio conta:

“O dia que eles fecharam a rádio, a gente sabia que eles estavam indo fechar a rádio e a gente continuou. Nós gravamos tudo, no ar, e as pessoas indo lá dar depoimento, foi um negócio bonito. (...) Eu fui abrir a rádio, era 11 de maio acho que de 97, um domingo, a rádio estava fechada há 4 ou 5 dias. Eu resolvi botar no ar, na marra. Era dia das mães. Eu não avisei a ninguém. Fiz um teste. Eu liguei a rádio às 8:15 da manhã. Eu saí de lá, sei lá, as 10 da noite. Eu passei 14, 15 horas no ar direto. O povo não deixava ir embora. O pessoal ligava, um falava pro outro: ‘a rádio voltou!’. Depoimentos, gente falando, ‘essa rádio é minha vida, ela não pode fechar’”. (entrevista concedida em 29 de Janeiro de 2007)

Ele conta como as pessoas que lá trabalhavam tiveram que desenvolver várias estratégias para “fugir” da Polícia.

“Nos já botamos Polícia pra correr daqui de dentro. ‘Não, não vai fechar, não.’ As pessoas resistiram mesmo. Polícia Federal ia lá e a gente não deixava fechar não. Teve um dia que eles foram fechar a rádio com ordem judicial. Eles chegaram e a rádio não existia mais. A gente tirou tudo. Nós deixamos a chave com o vizinho, combinamos com o vizinho. Eles perguntaram: ‘ué, a rádio não está aí não?’. O vizinho abriu a porta pra eles. ‘Não, eu tô até com a chave que é pra alugar.’ A gente já pulou janela com os equipamentos na mão.” (entrevista concedida em 29 de janeiro de 2007)

Outro aspecto relevante da rádio Novos Rumos é sua articulação com a vida política e associativa da cidade. Os primeiros debates sobre a criação de uma rádio comunitária em Queimados, antes mesmo da emancipação, estavam mais fortemente localizados no núcleo do Partido dos Trabalhadores de Queimados.

Aquele que é apontado como o responsável por ter trazido a idéia de rádio comunitária para a cidade, chegou a Queimados em 1988 e trabalhava na Rádio Carioca como gerente. Atuou no sindicato de radialistas e foi lá que travou contato com o movimento de rádios livres. O sindicato criou o Comitê pela Democratização da Informação e nele foram travadas discussões sobre rádio e tv comunitárias.

No núcleo do PT de Queimados, havia no início uma divergência quanto à natureza da rádio que seria criada. Um grupo defendia a rádio comunitária e outro era a favor da criação de uma rádio partidarizada, uma rádio do PT. Um dos filiados ao primeiro grupo conta:

“Não era uma rádio pirata, a gente queria uma rádio partidarizada. A gente queria denunciar as coisas que aconteciam aqui na Baixada. (...) A gente queria poder gritar pra que a população crescesse politicamente. Mas a nossa proposta era imperativa, a nossa

forma de pensar era: a gente queria gritar e você tinha que ouvir.” (entrevista concedida em 18 de abril de 2007)

“Era pegar o transmissor, só que a gente ia invadir um dial. E a gente tinha uma coisa revolucionária, era invadir o dial, falar o que tinha que falar e sair dali e ir pra outro ponto.” (entrevista concedida em 18 de abril de 2007)

Essa proposta perdeu. Em 1990, fez-se uma “vaquinha” e um transmissor foi comprado.

“O transmissor era vendido em São Paulo. (...) Você tinha que ligar prum número, esse número te dava outro número, e você conseguia falar com ele (o cara que fazia transmissor) (...) Eu marquei com o cara na rodoviária, aí assim, identificação por roupa, né? Eu encontrei com ele no pé do elevador, eu já tinha depositado a grana na conta dele, e levei uma parte em mãos pra entregar pra ele. Aí encontrei com ele na porta do elevador, e peguei a caixa o e a antena, eram vários números de tamanho, entrei no elevador, subi, voltei. Peguei o ônibus e vim embora. Né? Foi assim que nós conseguimos comprar o transmissor.(...) Se eu fosse preso em São Paulo com aquele transmissor, tava preso até hoje. Era uma prova de uso clandestino, e tal. Não precisava nem tá no ar.” (entrevista concedida em 15 de janeiro de 2007)

Embora a idéia de uma rádio partidarizada tenha perdido, a Novos Rumos sempre teve em seus quadros pessoas articuladas com a vida política que traziam para a rádio denúncias e debates sobre questões políticas. Com o tempo, o PT deixou ser o partido dominante de vinculação dos participantes da rádio e a natureza das filiações partidarizadas foi se tornando mais diversificada, embora nunca tenha sido um pressuposto.

Em sua história, também passaram pela rádio militantes de diferentes movimentos sociais da cidade. Além dos emancipacionistas e dos petistas, pessoas ligadas ao movimento negro, de mulheres e ambiental tiveram lugar na rádio.

O movimento negro sempre teve forte presença na rádio. O peso da população negra em Queimados é grande, perdendo apenas para Japeri, se se toma a Baixada como comparação. Por pressão dos grupos da cidade, Queimados foi a primeira cidade da Baixada a conceder cotas para negros em concurso público.

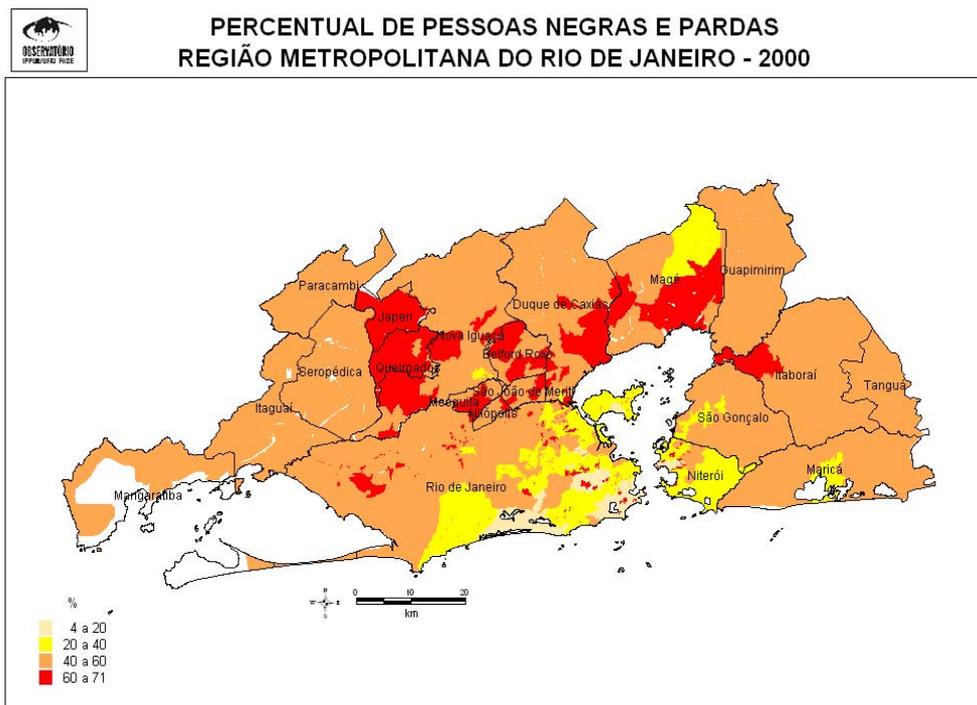


Figura 1 – Percentual de negros e pardos – Região Metropolitana do Rio de Janeiro.  
Fonte: Observatório das Metrôpoles - IPPUR/FASE.

Membros do grupo Herdeiros do Zumbi, criado há 3 anos, são parte da diretoria atual da Novos Rumos e comandam um programa semanal chamado Movimenta Social, em que temas da atualidade sobre a questão racial são discutidos com os ouvintes.

Também o grupo Afro-cultural Agaju teve espaço na rádio. Ele foi criado em 1983 com o objetivo de manter viva a cultura afro-descendente. Uma de suas diretoras faz parte do grupo de fundadores da rádio Novos Rumos e teve durante muitos anos um programa chamado “As negras vozes de Alafim” sobre cultura afro-descendente.

Além destes, ativistas do movimento cultural, de mulheres, ambiental da cidade tiveram espaço na rádio.

Durante alguns anos, a Novos Rumos foi a única rádio da cidade, mas essa situação modificou-se e hoje há 14 rádios comunitárias em Queimados. No entanto, duas rádios parecem ter uma história diferente: a Novos Rumos e a Rádio Queimados, da ONG Planeta Água.

A Rádio Queimados é presidida atualmente por uma ex-integrante da Novos Rumos. Ela chegou a Novos Rumos através do trabalho que realizava no movimento de mulheres da cidade. Durante um tempo era responsável pelos contratos comerciais da

rádio. Depois, passou a ser locutora do programa “Planeta Água”, com foco na educação ambiental. Meses depois da estréia do programa, pessoas de diferentes movimentos da cidade e os alguns realizadores do ‘Planeta Água’ resolveram fundar a ONG Associação Sócio-ambiental Planeta Água. Algum tempo depois, foi criada a Rádio Queimados, cuja entidade mantenedora é a ONG Planeta água.

A rádio Queimados trata de questões ambientais, raciais e de gênero. Teve numa primeira transmissão no dia internacional da mulher, 8 de março, com um grupo ligado ao movimento de mulheres da cidade. A ONG Planeta Água já teve um projeto aprovado pelo Ministério da Cultura para a capacitação de jovens para rádio comunitária tendo como foco gênero, educação ambiental e igualdade racial.

As outras rádios têm foco comercial ou são de grupos religiosos da cidade, tendo, portanto, sua qualificação como “comunitária” questionada. O ponto de diferenciação apontado e de alguma relevância entre a Novos Rumos e a Rádio Queimados e as outras rádios é sua atuação e articulação com a vida associativa local.

Para a presidente da Rádio Queimados, elas são comunitárias “porque se envolvem com os temas da cidade. As duas rádios têm atuação nos conselhos municipais e tem uma proposta de preocupação com a cidade.” (entrevista concedida em 25 de março de 2007)

A Novos Rumos e a Rádio Queimados atuam no Conselho Municipal da Cidade e na luta pela criação do Conselho Municipal e um Fundo Municipal da Cultura e estão ajudando a organizar a I Conferência Municipal da Cultura.

Essa participação em foros de decisão da vida municipal e a relação com diferentes organizações e movimentos locais parecem dar a essas duas rádios um contorno diferenciado.

## 4.2.

### Onda Livre e a cidade de São João de Meriti

A rádio Onda Livre criada em 1998 em Vilar dos Teles, na cidade de São João de Meriti, foi iniciativa de um grupo de organizações, são elas: a FASE<sup>3</sup> (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional), ASPAS<sup>4</sup> (Ação Social Paulo Sexto), Casa da Cultura da Baixada<sup>5</sup> e a ABM<sup>6</sup> (Conselho de Entidades Populares de São João de Meriti). A rádio foi um importante meio de articulação entre essas entidades e de divulgação de leituras críticas sobre São João de Meriti e sobre a Baixada Fluminense.

São João de Meriti surgiu como porto às margens do Rio Meriti com a função de escoar a produção das fazendas e engenhos da região. O núcleo inicial se constituiu em torno da Igreja São João Batista de Traiaraponga de 1647. No século XIX, passa por um período de decadência devido ao assoreamento do rio, como ocorrerá com outras áreas da Baixada (TORRES, 2004).

A abertura da Estrada de Ferro Rio D'Ouro em 1876 irá dar novo alento ao lugarejo. Em 1891, a sede de Iguaçú é transferida para Maxambomba, próxima de São João, ainda Vila Merity, que acabou ganhando maior expressão política e se tornou 4<sup>o</sup> distrito de Iguaçú, abrangendo as áreas dos atuais municípios de Nilópolis e Caxias.

As primeiras décadas do século XX são para Vila Merity, de grande retalhamento da terra e intenso crescimento populacional. Com o desenvolvimento de outras localidades, Vila Merity vai sendo desmembrada. Uma dessas áreas, Merity, com a força de seu crescimento provocará uma inversão de hierarquia e vai se tornar distrito de Nova Iguaçú, confirmando, assim, a ascensão da sua elite e a estagnação do quadro político de Vila Merity.

Ainda assim, os grupos de Merity e Vila Merity atuaram juntos pela emancipação de um novo município. Merity será a sede do novo município e quando assume essa nova condição, passa a se chamar Caxias. Vila Merity passa a ser São João de Meriti, distrito de Caxias.

---

<sup>3</sup> A FASE é uma organização não-governamental criada em 1961, com uma larga história de trabalho na Baixada Fluminense. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo.

<sup>4</sup> A ASPAS é uma entidade sem fins lucrativos criada nos anos 80, tem sede em Caxias, mas atua em outras áreas da Baixada.

<sup>5</sup> A Casa da Cultura é uma organização não-governamental criada em 1991. Desenvolve oficinas e atividades artísticas com jovens e crianças e trabalha com as questões raciais e de gênero.

<sup>6</sup> A ABM é uma entidade sem fins lucrativos que desenvolve projetos sociais, abarcando temas como direito da criança e do adolescente, racial e de gênero.

Percebendo a condição secundária que São João mantinha e a ausência de melhorias com a criação do novo município, o movimento pela emancipação foi reativado. Em 1945 é criada a Associação dos Amigos do 2<sup>o</sup> Distrito. Aliando-se com o grupo que lutava pela emancipação de Nilópolis, São João e Nilópolis conseguem emancipar-se através da Assembléia Constituinte em 1947 (SIMÕES, 2007).

Hoje, São João de Meriti é um município densamente povoado, como vimos no capítulo anterior. Apresenta uma forte desigualdade entre o centro e os bairros periféricos. Há grandes áreas ocupadas por favelas, próximas às margens do rio Sarapuí e Pavuna.

A indústria é pouco significativa devido à intensa ocupação residencial. Entretanto, há centenas de pequenas indústrias, especialmente no ramo de confecções, articuladas no pólo de Vilar do Teles, que está em fase de reestruturação após o *boom* dos anos 80 e a decadência dos anos 90.

A cidade apresenta duas áreas economicamente importantes. Vilar dos Telles, de que já falamos e o centro da cidade em torno da estação ferroviária. Esta área se articula com a Pavuna, bairro do Rio de Janeiro, onde fica a estação terminal da Linha 2, o que tem provocado um aumento do fluxo de pessoas e do comércio local

A proximidade com a metrópole carioca e dos dois grandes municípios da Baixada, Caxias e Nova Iguaçu, interfere na vida política de São João. Nenhum grupo político local teve grande projeção fora dos limites do município. (SIMÕES, 2007)

Diante da situação de carência e da baixa mobilização social, a criação de um canal de comunicação que fosse crítico à situação social de São João de Meriti e que dirigisse à população informações que não estavam facilmente a seu alcance tornou-se imperativa para as organizações sociais. Buscava-se apresentar práticas culturais alternativas e desestabilizar a cultura política dominante, como explica um dos fundadores da rádio:

“Ter uma visão mais crítica do que seja a comunidade, a sociedade, o povo, você não tem povo, comunidade nesse sentido abstrato. A comunidade está atravessada por interesses, representações, grupos, então como construir instrumentos de comunicação que possam ter uma postura mais crítica com relação à estrutura social vigente? Estamos falando de rádio comunitária na Baixada, lugares segregados, onde o poder se reproduz.” (entrevista concedida em 25 de maio de 2007)

Para a coordenadora da Onda Livre:

“O papel da rádio comunitária é alertar, fazer as pessoas refletirem, fazer com que as pessoas falem. É pra estimular, mas é complicado quando você está numa região em que as pessoas têm medo, não sabem que tem direito.”

“São João é complicadíssima, ela tem várias leituras dentro de um espaço, a maior densidade demográfica da Baixada, se eu tiver no centro eu vou o fazer uma leitura, mas eu tô na periferia da periferia. Nós sabemos que aqui é um nível total de exclusão, qual o percentual das pessoas que lêem jornal? o que lêem? como lêem? A gente leva uma informação pensando que a aquela pessoa não tem, principalmente na área de saúde, de direito que ela não tem que agradecer nada ao poder público.” (entrevista concedida em 25 de janeiro de 2007)

A Onda Livre nasceu da articulação entre diferentes organizações. Havia um conselho de fundadores, com representantes das instituições parceiras, que se reunia regularmente para deliberar sobre os assuntos da rádio. A programação da rádio tentava atender os temas de interesse de cada uma das entidades.

Para além da relação dos movimentos e organizações com a população local, devemos considerar a relação das entidades entre si. A atuação em redes é uma novidade dos últimos anos na atuação dessas organizações. A união dos atores, a articulação das ações e a busca pela formação de um movimento mais abrangente são mecanismos de construção de redes mais amplas de pressão e resistência. (SCHERER-WARREN, 1996).

A Onda Livre foi o espaço de encontro e articulação dessas organizações. A partir desse projeto em grupo, elas puderam concentrar esforços, bem como construir uma linguagem comum.

A rádio manteve um forte vínculo com os movimentos sociais e os intelectuais da cidade que percebiam os mecanismos de estrutura de poder de São João de Meriti e a necessidade de divulgar outras leituras do lugar.

Criada no final dos anos 1990, a rádio não tinha como proposta ser apenas uma plataforma de luta e de reivindicação de direitos. As organizações e os movimentos sociais estão nos últimos anos divulgando visões alternativas sobre raça, gênero, democracia, cidadania (AVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2002; TELLES, 1994), na tentativa de contraposição aos significados culturais dominantes. A luta não se orienta unicamente para o atendimento de necessidades básicas, mas atinge nível mais abstrato, a fim de modificar as culturas políticas dominantes.

Os programas abordavam temas como direitos da mulher, sobre questão racial, promoviam debates fatos políticos da cidade.

“Você tem que ter na rádio um movimento muito grande de pessoas, que estão em várias áreas. Aqui, tinha gente que estava no conselho tutelar, de saúde e *n* pessoas que estavam em outros movimentos. Cada um traz a discussão, as agendas, pessoas do movimento estudantil, do pré-vestibular.” (entrevista concedida em 25 de janeiro de 2007)

Também não havia preocupação em atingir um público amplo.

“O meu programa não estava interessado na massa. Era atingir grupos, pessoas, que eu considero que estavam numa onda alternativa lá em São João, e que pudessem ter um canal de identidade, de uma proposta artística, cultural, e isso na minha opinião é mais interessante, atingir grupos que vão se reconhecer, criar identidade.” (entrevista concedida em 25 de maio de 2007)

Os ativistas sociais viram na rádio um espaço não só para divulgação de suas lutas, mas também para conectar-se e interagir com as bases. Medir o retorno desse trabalho, saber quantos foi possível atingir é tarefa hercúlea ou, talvez, inatingível. Se a ação coletiva contemporânea encerra dimensões menos mensuráveis e, às vezes, menos visíveis ou submersas (MELUCCI, 1988), a utilização do espaço de uma rádio comunitária talvez seja um exemplo disso.

O trabalho em conjunto em um mesmo projeto não impedia que as divergências surgissem sobre alguns temas. Uma educadora da FASE conta que, por exemplo, o programa sobre mulheres de que participava se chocava com as opiniões da Igreja Católica, que tinha seus representantes entre os fundadores.

Depois de um período em que diversas instituições estiveram à frente da rádio, as entidades fundadoras foram pouco a pouco se afastando. Atualmente, a rádio está dentro das instalações da Casa da Cultura, uma das entidades fundadoras, e o Conselho de entidades não existe mais. Uma das razões apontadas para o esvaziamento da rádio por parte das instituições fundadoras refere-se às mudanças dentro de cada uma das entidades. A rádio demandava grande atenção das instituições e diante das dificuldades internas, da necessidade constante de negociação, ela deixou de ser uma prioridade no rol de atividades de cada uma delas.

Uma educadora da FASE também acredita que havia choques entre os que estavam mais preocupados com audiência e com linguagem radiofônica, habilidade que era dominada por poucas pessoas do grupo, e os que privilegiavam o conteúdo, a força da mensagem e necessidade do debate e da discussão sobre temas da comunidade.

Essa ausência de pessoas ligadas a movimentos sociais, em comparação com outros tempo, também é sentida na Novos Rumos. Um dos entrevistados tenta dar uma explicação para esse momento:

“Isso se perdeu ao longo do tempo. Por *n* razões. Houve muita mudança nas lideranças de São João de Meriti, muita gente saiu, a crise da associação de moradores, a reconfiguração do movimento associativo. Uma série de coisas que aconteceram e que foram mudando o perfil das associações.” (entrevista concedida em 25 de maio de 2007)

Possivelmente o pouco interesse atual dos movimentos de ambas as cidades em atuarem nas rádios diz respeito à dinâmica dos próprios movimentos. Além disso, os vínculos inter-organizacionais, a formação de redes, a atuação em um espaço cultural são iniciativas pouco formalizadas, baseada em projetos políticos, identidades ou valores comuns. O vínculo que mantém a união das instituições pode se enfraquecer com o tempo.

Essa necessidade de atuação em rede não é verdade apenas para o caso dos movimentos sociais, mas é um fator fundamental também quando se trata das rádios em si.

A coordenadora da Onda Livre sempre atuou no movimento de rádios comunitárias e defende a importância dessa conexão, não só nas associações e federações, mas em outros espaços:

“Desde que eu comecei, e comecei a entender o que era esse universo, eu comecei a participar. (...) O Viva Rio<sup>7</sup> foi o que mais conseguiu aglutinar com seminário, com uma rede mesmo. Mas de 2005 pra cá enfraqueceu e esse governo que a gente acreditou, apostou, fortaleceu que a gente apostava uma maior discussão, fortalecimento foi o pior de todos, de maior repressão das rádios. Tá todo mundo muito desarticulado. Eu no momento tô um pouco afastada. Tem algumas rádios que estão vivendo o seu mundo, eu quero dizer, a sua rádio mini-comercial, você tem um bloco de meia hora de comercial e que se dane, tô faturando e acabou. Não pensa: ‘o que eu estou levando de informação? O que eu estou fazendo?’” (entrevista concedida em 25 de janeiro de 2007)

É importante que as rádios estejam conectadas com o debate sobre políticas de comunicação e que possam se renovar constantemente. A abertura de uma rádio comunitária não deve ser um fim em si mesmo. A constante atualização com os debates

---

<sup>7</sup> Organização não-governamental, sediada no Rio de Janeiro, que criou a Rede Viva Rio de Rádio Comunitária (REVIRA), em fevereiro de 2002, com o objetivo de incrementar a troca de informação entre as rádios comunitárias do país. A Rede funciona produzindo, disponibilizando e distribuindo conteúdos, e promovendo cursos de capacitação para os comunicadores de rádios comunitárias em todo o país. Tem um site na internet que lista as rádios associadas e as informa sobre novidades de cursos, reuniões e decisões governamentais. ([www.vivario.org.br](http://www.vivario.org.br))

e a agenda da localidade e com a luta maior de que faz parte, a da democratização da comunicação e da regulamentação das rádios comunitárias, devem ser os meios de manutenção da vitalidade das rádios.

Um dos fundadores vê na articulação com o movimento de rádio comunitária uma via essencial para que as rádios possam manter seu propósito crítico:

“Se a rádio Onda Livre não se vincular ao movimento de rádios comunitárias, a sua capacidade de produzir informações críticas, refletir sobre a própria voz da comunidade vai ser nula. Hoje existem iniciativas via AMARC (Associação Mundial de Rádios Comunitárias), e Agência Pulsar de produzir informações alternativas que podem servir às rádios comunitárias. Isso poderia dar maior independência às rádios, isso poderia gerar um movimento de reflexão. Você dar voz à comunidade e propor uma reflexão sobre essa voz. Se esse movimento de rádios comunitária conseguir chegar às rádios aí você tem possibilidade de politizar um pouco mais as rádios isoladamente.” (entrevista concedida em 25 de maio de 2007)

Vimos no capítulo 2 como mesmo após a criação da Lei 9.612, que regulamenta a radiodifusão comunitária, as rádios sofrem intensa repressão. A liberação de licença para funcionamento é um processo complicado e burocrático. Tanto a Onda Livre, quanto a Novos Rumos têm seus pedidos de outorga “engavetados” pelo Ministério das Comunicações.

A Onda Livre sofreu com a ação da Polícia Federal em 2005. Sete rádios comunitárias de Vilar dos Teles, em São João de Meriti tiveram seus transmissores lacrados por agentes da ANATEL, e uma delas foi a Onda Livre. As rádios se organizaram e promoveram uma audiência pública na Câmara dos Vereadores de São João de Meriti e um manifesto sobre a repressão às rádios comunitárias com a presença de várias instituições, lideranças comunitárias, representantes da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e artistas locais. Mas o custo da repressão vai além da violência policial e do simples bloqueio das atividades, como conta a coordenadora da rádio:

“A gente ficou dois meses parado. Esse momento nos desarticulou completamente, algumas pessoas saíram. É complicado isso. Porque, né, acaba a rádio e ninguém mais ouve, porque rádio é hábito.” (entrevista concedida em 25 de janeiro de 2007)

Não se tem o número exato de rádios na cidade, mas se sabe que boa parte pertence a grupos religiosos ou m caráter puramente comercial. A Onda Livre tem interesse em estabelecer contato com as que têm uma proposta comunitária.

“A gente tem relação de contato, troca, por nós estarmos muito distante, como é um município muito grande, com muita dificuldade de transporte, pra eu ir ali no Jardim Metrôpolis eu tenho que pegar dois ônibus, a gente tem trocas por MSN, e-mail, telefone.

Eu fiz uma proposta pra umas pessoas pra gente fazer alguma coisa de rede. Eu tô aqui, o outro tá numa ponta, o outro na outra ponta, e pra ver como é que a gente pode se articular.” (entrevista concedida em 25 de janeiro de 2007)

A Casa da Cultura é a única instituição mantenedora e rádio encontra-se dentro das instalações da ONG. Ao avaliar essa mudança, a coordenadora da rádio acredita que os ganhos foram em matéria de segurança e estrutura, mas se perdeu em outros aspectos:

“Ela perdeu o contato mais direto com a comunidade. Você mora na sua casa e você tem um portão, teus amigos vão chegar e vão entrar. Passa a morar num condomínio pra ver como é que diminui o fluxo! Lá era um entra e sai, nossa senhora! E como os movimentos estavam muito dentro da rádio e eles propagavam.”

Além disso, a rádio passou a ser uma das dimensões da ONG que tem vários projetos e que, portanto, precisa dividir seu tempo e suas prioridades. Neste momento, a Casa da Cultura pretende vincular a rádio cada vez mais a suas outras atividades, como por exemplo, promovendo um curso de capacitação radiofônica para jovens.